

SEQ21249/2019/GJU

Belo Horizonte, 26 de julho de 2019.

À CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL - CTOS

A/C Márcio Melo Franco Júnior

Defensoria Pública da União
Rua Pouso Alto, 15, Bairro Serra
Belo Horizonte-MG
CEP: 30.240-180

**REF.: ENCAMINHAMENTO 37ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL (CTOS):
DEMANDAS COLETIVAS**

Prezados Senhores,

A **FUNDAÇÃO RENOVA** ("FUNDAÇÃO"), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosamente, por seu representante abaixo assinado, cumprindo encaminhamento da 37ª reunião da CTOS, apresentar suas respostas em relação às diversas demandas coletivas recebidas.

1. MANIFESTAÇÃO DE PERPÉTUO SOCORRO

Em suma, a referida manifestação trouxe pleitos de (i) "*pagamento de indenização das crianças e adolescentes*"; (ii) "*refazer a matriz de danos*"; (iii) "*derrubar o cnis*"; (iv) "*pagamento integral das indenizáveis (retroativo) e cartão emergencial*"; (v) "*relacionar com a comunidade através de reuniões locais, mensais ou bimestrais (não reunião com meia dúzia de pessoas, nem*

com representantes, reunião com o povão pra dar explicações”); e (vi) “mostrar para a comunidade os programas da Samarco para reparar danos causados”.

Inicialmente, a FUNDAÇÃO esclarece que o Programa de Indenização Mediada (“PIM”) foi elaborado com o objetivo de indenizar pessoas e micro e pequenas empresas que tenham sofrido danos materiais ou morais, bem como perdas referentes às suas atividades econômicas, em consequência direta do rompimento da barragem de Fundão, de forma rápida, sem a burocracia e os custos de uma ação judicial. Para que o(a) Atingido(a) possa ser atendido(a) no PIM, é preciso ser antes cadastrado.

Todas as pessoas que se consideram atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão podem solicitar o cadastramento para relato de seus danos, que serão analisados e mensurados conforme metodologia certificada pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Perícias. O Cadastro Integrado tem como objetivo efetuar o levantamento de informações de forma individualizada, avaliando os danos das pessoas físicas e jurídicas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão independente de qual a sua profissão. O que importa não é o ofício exercido, mas sim o dano sofrido.

Assim, se o cadastro constata que alguém foi diretamente impactado pelo rompimento da barragem de Fundão, esse Atingido(a) é encaminhado ao PIM, onde deverá apresentar comprovações dos danos sofridos e de sua extensão. Essas comprovações devem ser capazes de atestar o quanto o(a) Atingido(a) costumava auferir de renda antes do rompimento da barragem, o que é necessário para ser possível calcular o lucro cessante sofrido.

A FUNDAÇÃO tem ciência de que muito(a)s do(a)s cadastrado(a)s não contam com as devidas comprovações dos danos sofridos e de sua extensão. Por essa razão, firme em seu propósito de tentar ir além em prol do(a) Atingido(a), a FUNDAÇÃO busca construir políticas indenizatórias, capazes de flexibilizar os documentos necessários para o recebimento de indenização, em especial com relação à demonstração do quanto auferiam antes do rompimento da barragem. Com isso, as políticas indenizatórias buscam estimar esse valor após construção coletiva com o(a)s Atingidos(as), com base em metodologia científica.

Também se esclarece que o reconhecimento de que uma categoria possa ter sido impactada diretamente pelo rompimento da barragem de Fundão não gera direito automático de todos aqueles que se declarem pertencer a essa categoria. Isso porque o processo de indenização é individual e baseado nas informações e documentos apresentados por cada pessoa. Isto esclarecido, a FUNDAÇÃO informa que a política de indenização voltada àqueles que pescavam para sua subsistência passa por um processo de reformulação, atendendo a pedidos do(a)s Atingidos(as).

No mais, a FUNDAÇÃO informa que, conforme cronograma já apresentado à CTOS, estima atender todos o(a)s Atingido(a)s cadastrado(a)s na Campanha 3 até dezembro deste ano. A Campanha 3 contempla cerca de 9.000 cadastros, atendendo os seguintes critérios de priorização: i) vulnerabilidade pelo Índice de Desenvolvimento Familiar (priorização das famílias pelo IDF, em ordem crescente); ii) pescadores profissionais; iii) cadastros com laudos (ex.: danos em agropecuária, comércio e serviços, extrativismo mineral, dentre outros).

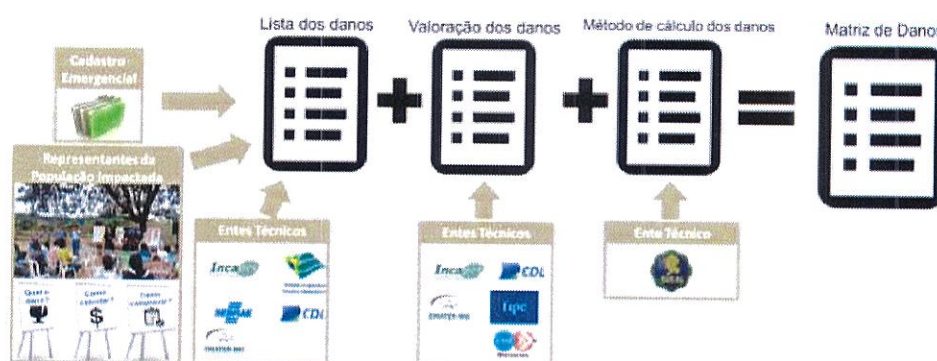
No que se refere ao pedido de "*pagamento de indenização das crianças e adolescentes*", a FUNDAÇÃO esclarece que, no caso específico de indenização para menores de idade e incapazes, o processo de indenização é finalizado de forma diferente, conforme exigência legal. A FUNDAÇÃO somente realiza o pagamento da indenização após a autorização de um juiz. Trata-se de processo chamado de *homologação judicial*. O tempo para que ocorra a homologação varia conforme as demandas do Fórum de cada localidade, sem que a FUNDAÇÃO tenha ingerência. A partir da publicação da sentença de homologação do acordo, o prazo para o pagamento é de até 90 dias.

Quanto ao pleito de "*refazer a matriz de danos*", a FUNDAÇÃO solicita que o(a)s Atingido(a)s de Perpétuo Socorro expliquem o porquê entendem que a matriz de danos seja refeita. Como a matriz de danos é um documento robusto, entende-se que qualquer pleito nesse sentido deve ser devidamente embasado para conseguir ser analisado. A Matriz de Danos consiste em uma planilha resumo, fruto de um trabalho técnico profundo sobre os diferentes danos ocorridos ao longo do território impactado, tendo sido construída coletivamente com as comunidades atingidas, órgãos da administração pública, validada por instituições de referência e frequentemente discutida com entidades competentes.

A Matriz foi pensada e desenvolvida como um ponto de partida para as negociações que se sucederiam após sua concepção. É, portanto, uma tabela de referência de valores, apoiada em orçamentos de bens, perdas e danos ocorridos em função do rompimento da barragem de Fundão, os quais são complementados por outros métodos que, em conjunto, permitem a construção final do valor da indenização. Sua construção se deu em duas etapas:

1. Levantamento de danos: nessas reuniões, o(a)s Atingido(a)s se dividiram em grupos temáticos – como, por exemplo, de pescadores, de comerciantes e de agricultores - e indicaram (i) os danos sofridos, (ii) sugestões de cálculo de sua valoração e (iii) formas de comprovação.
2. Devolutiva: sob o princípio da transparência, todas as sugestões de danos fornecidas pelos participantes durante a reunião de “Construção de Matriz de Danos” foram novamente apresentadas aos(às) Atingido(a)s, sendo separado(a)s em dois grupos: “Danos incorporados à matriz de danos” e “Danos não incorporadores à matriz de danos”.

Além disso, a consolidação da Matriz de Danos também passou por consultas a entes técnicos que subsidiaram a Fundação no desenvolvimento de uma metodologia adequada à NBR 14.653, norma técnica da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, sendo assim, certificada pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia. Abaixo segue figura ilustrativa da forma de desenvolvimento da Matriz de Danos:



Por último, a FUNDAÇÃO esclarece que os itens “relacionar com a comunidade através de reuniões locais, mensais ou bimestrais (não reunião com meia dúzia de pessoas, nem com

representantes, reunião com o povão pra dar explicações)", "garantir transporte e estadia para reuniões fora de localidade" e "mostrar para a comunidade os programas da Samarco para reparar danos causados", como não relacionados especificamente ao PIM ou AFE, deverão ser encaminhados para as Câmaras Técnicas competentes.

2. MANIFESTAÇÃO DE CONSELHEIRO PENA

Em suma, a referida manifestação trouxe os seguintes pleitos:

- (i) *"Após a aposentadoria, os pescadores deixaram de fazer o relatório anual, levando a ter a carteira de pesca cancelada. Levando a Fundação a fazer o acordo como pescador não regulamentado, sendo que muitos não abandonaram sua atividade de pesca"*
- (ii) *"A reparação dos valores sobre o pagamento mensal e o lucro cessante, não são valores justos pra a categoria da pesca. E foi aceito e acordado na reunião do Conselho construtivo, sem a presença de representantes das 43 cidades atingidas, e sim com a presença de advogados da Fundação Renova."*
- (iii) *"Tem ocorrido comentários nos grupos, que a partir de agosto, serão cancelados os pagamentos do AFE e do PIM. Gostaríamos de saber se tem fundamento isso, e se não tem fundamentos que sejam punidos os responsáveis pelas falsas divulgações."*
- (iv) *"A metodologia do pescador de fato não está sendo realizado conforme a realidade da mesma. Estão chamando pescadores com documento do IEF, que se enquadram como pescadores de subsistência, e os mesmos não tem interesse de receber de forma fraudulenta somente o que lhes é direito, atrasando a sua finalização de reparação de danos."*
- (v) *"Após ser criado o 0800 da ouvidoria da Fundação Renova, foi paralisado todos os atendimentos aos atingidos, devido que ao invés de denunciarem as falhas da Fundação Renova, os atingidos estão se auto denunciando um ao outro, saindo do objetivo da sua criação. Quando se liga no 0800 falando de algum atingido a mesma dura horas, e quando a denúncia é contra a Fundação Renova, o atendimento é interrompido. Venho pedir ao CIF ea CTOS que seja solicitado ao 0800 da ouvidoria, os 12 encaminhamentos de denuncia feito contra a minha pessoa á Policia Federal sob suspeita de fraude e quem as fez."*

O(a)s manifestantes de Conselheiro Pena afirmam que *"a reparação dos valores sobre o pagamento mensal e o lucro cessante, não são valores justos para a categoria da pesca. E foi aceito e acordado na reunião do Conselho construtivo, sem a presença de representantes das 43*

idades atingidas, e sim com a presença de advogados da Fundação Renova", o que é refutado pela FUNDAÇÃO.

Nos termos da legislação aplicável, é exigida comprovação das perdas sofridas para poder indenizar os lucros cessantes, haja vista ser imprescindível a comprovação daquilo que razoavelmente se deixou de lucrar, nos termos do art. 402 do Código Civil. Todavia, ao se tentar iniciar o processo indenizatório, a FUNDAÇÃO percebeu que a parcela majoritária do(a)s pescadores cadastrado(a)s não possuía as comprovações necessárias para que fosse possível calcular o lucro cessante.

O Superior Tribunal de Justiça já consolidou que *"a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que, para a concessão de indenização por perdas e danos com base em lucros cessantes, faz-se necessária a comprovação dos prejuízos sofridos pela parte"*¹. Referido entendimento é seguido pelos Tribunais Estaduais – inclusive em caso de pescadores privados de exercer sua atividade econômica em razão de rompimento de barragem:

*"Responsabilidade civil. Preliminar. Cerceamento de defesa não configurado. Desnecessidade de produção das provas requeridas pelo apelante. Mérito. Incêndio ocorrido no terminal portuário de Santos em abril de 2015. Danos materiais. **Lucros cessantes indevidos. Ausência de demonstração da queda do faturamento obtido pelo autor após a contaminação das águas. Pescador artesanal que não apresentou qualquer prova documental acerca de seus rendimentos anteriores ou posteriores ao evento.** Local atingido pelo incêndio que já vinha sofrendo degradações há diversos anos. Existência de outros pontos de pesca na região e nas cidades vizinhas. Prejuízo não evidenciado. Danos morais não caracterizados. Ausência de lesão a direito da personalidade. Recurso improvido."* (TJ SP, AC 1028727-90.2015.8.26.0562, 4ª Câmara de Direito Privado, Des. Rel. Hamid Bdine, j. 23.06.2016, DJe 27.06.2016 – grifou-se)

*"AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - **DANOS MATERIAIS E MORAIS - ROMPIMENTO DE BARRAGEM** - AGRAVOS RETIDOS - NULIDADE DE CITAÇÃO - NÃO OCORRÊNCIA - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - NÃO CABIMENTO - CERCEAMENTO DE DEFESA - AUSÊNCIA - ILÍCITO E AMBIENTAL - COMPROVAÇÃO - **PREJUÍZOS MATERIAIS E MORAIS - REPARAÇÃO DEVIDA - LUCROS CESSANTES - NÃO COMPROVAÇÃO** - ÔNUS SUCUMBÊNCIA - REDIMENSIONAMENTO.*

(...)

5. Sem a efetiva comprovação por parte da autora daquilo que diz ter deixado de ganhar, não é devida indenização por lucros cessantes.

¹ AgRg no AREsp 111.842/SP, 3ª Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, j. 21.03.2013, DJe 26.03.2013.

6. A distribuição proporcional do ônus de sucumbência tem amparo no art. 21 do CPC e Súmula 306 do STJ."

(TJMG, AC 1.0439.07.065655-8/001, 18ª CC, Rel. Des. Guilherme Luciano Baeta Nunes, j. 12.06.2012 – grifou-se)

- Trecho do voto:

"A condenação a título de lucros cessantes pressupõe a existência **de previsão objetiva de ganhos** na data da ocorrência do ato ilícito, assim como a cessação desses lucros.

(...)

Não comprovado de forma segura o tempo de paralisação, a queda do faturamento, tampouco qual seria a média mensal de vendas anteriormente ao acidente, não é de se acolher a pretensão de reparação por lucros cessantes.

Em se tratando de lucros cessantes, definitivamente, não se pode impor condenação com base em lucros hipotéticos." (grifou-se)

*"Direito civil. Direito Processual Civil. Demanda reparatoria por danos morais e materiais. **Pescadores** que alegam prejuízos patrimoniais e extrapatrimoniais decorrentes de empreendimento da Petrobras. Sentença de improcedência mantida pela decisão monocrática. Existência de laudos e estudos de impacto social e ambiental que, embora demonstrem a possibilidade de prejuízo à atividade pesqueira, não comprovam a efetiva ocorrência de danos ao patrimônio individual de cada autor. Demandantes que não requereram a suspensão do feito, não podendo, portanto, se beneficiar do resultado de eventual demanda coletiva de cuja existência tiveram conhecimento. Fatos constitutivos dos direitos alegados na inicial que não foram comprovados no curso do processo. Recurso desprovido."*

(TJRJ, AgInt na AC 0082545-76.2010.8.19.0001, 2ª CC, Des. Rel. Alexandre Freitas Câmara, j. 14.12.2011, DJe 09.01.2012 – grifou-se)

Assim, a FUNDAÇÃO, amparada na legislação e jurisprudência, poderia ter escolhido o curto e mais simples caminho de apenas indenizar o(a)s Atingido(a)s que comprovassem a sua condição de pescador, bem como os danos suportados em decorrência do rompimento da barragem.

No entanto, não fez isso. A FUNDAÇÃO não se conformou com essa situação e escolheu o caminho mais difícil. Imbuída na sua missão, indo além da lei e do que costumam decidir os Tribunais, não poupou esforços para driblar flexibilizar a informalidade do território e conseguir apresentar uma proposta de indenização justa aos(às) Atingido(a)s. Contratou especialistas técnicos de diversas áreas e, ao longo de vários meses no ano de 2017, realizou incontáveis reuniões com os Atingidos e representantes governamentais. A equipe técnica se reuniu com o(a)s

Atingido(a)s para colher dados, realizou estudos, e retomou as reuniões para apresentação da metodologia de cálculo, debate e revisão das precificações realizadas.

As reuniões foram utilizadas como forma de construção coletiva junto à população dos dados relativos à pesca como produção, tempo de esforço pesqueiro, tipos de embarcação e outros dados necessários à estimativa de renda dos pescadores. A representação dos pescadores nas reuniões seguiu a estrutura local já estabelecida de colônias e associações de pesca, sendo que cada um destes entes teve a oportunidade de trazer membros conhecedores da atividade de pesca para contribuição no processo de construção coletiva.

O processo de construção coletiva trouxe a oportunidade de ocorrer uma negociação técnica em que se procurou o entendimento, entre a FUNDAÇÃO e as pessoas atingidas, de parâmetros relativos à atividade laboral como produção de pescado e custos da atividade. Não ocorreram negociações tradicionais de valores no formato de barganha entre as partes, uma vez que quaisquer montantes discutidos necessitam ter bases técnicas que os suportem. Abaixo segue uma síntese da metodologia empregada:



Assim, considerando todo o exposto, a FUNDAÇÃO tem plena confiança de que os valores propostos para indenizar o(a)s pescadores(as) profissionais são os mais justos possíveis considerando a expressiva ausência de comprovação dos danos sofridos e de sua extensão. Com isso, resta comprovado que não procede a afirmativa de esse valor *"foi aceito e acordado na*

reunião do Conselho construtivo, sem a presença de representantes das 43 cidades atingidas, e sim com a presença de advogados da Fundação Renova”.

Uma vez explicado o processo de construção da política indenizatória, cumpre informar que a política da pesca foi subdividida em três subpolíticas, considerando atividades distintas: (i) pesca profissional; (ii) pesca comercial não regularizada; e (iii) pesca de subsistência. Cada qual é voltada para públicos diferentes e conta, portanto, com requisitos igualmente diversos.

A Política da pesca profissional é voltada, como o próprio nome antecipa, ao pescador profissional regular, o qual é identificado conforme o Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP, que foi instituído pelo Decreto- Lei nº 221/67, validado durante anos pelos distintos órgãos gestores do ordenamento da pesca e ratificado pela Lei nº 11.959/09 (“Lei da Pesca”). Trata-se de um instrumento do Governo Federal que visa contribuir para a gestão e o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira, além de permitir ao interessado o exercício das atividades de pesca e aquicultura, em toda a sua cadeia produtiva.

Ou seja, O RGP é um instrumento do Poder Executivo que permite legalizar os respectivos usuários para o exercício da atividade pesqueira, com o credenciamento das pessoas físicas ou jurídicas, e também das embarcações para exercerem essas atividades. Os pescadores profissionais regulares são, portanto, os pescadores cujo RGP está deferido junto ao SisRGP/SINPESq, estando regulares junto ao órgão de gestão do Registro da Atividade Pesqueira – RGP Pescador Artesanal.

Em sua empreitada de tentar driblar lidar com o alto grau de informalidade da região, a FUNDAÇÃO optou por admitir outros meios de comprovação do ofício além do próprio RGP, que, como visto, consiste no documento oficial para tanto. Assim, para ser elegível à referida política, a FUNDAÇÃO admite que seja verificada a comprovação laboral do(a) Atingido(a) a partir da análise de (i) recebimento do seguro defeso nos anos de 2014, 2015 ou 2016; (ii) declarações do INSS referente a contribuições específicas; e (iii) protocolos de pesca dos anos 2014 e 2015 validados pelo Governo Federal.

Já a Política da pesca comercial não regularizada, por seu turno, é destinada a indenizar o(a) pescador(a) comercial não regularizado(a), que pratica a atividade de pesca e comercializa sua produção, mas que não possui a permissão oficial do governo para fazê-lo, ou seja, não detém o RGP de pescador profissional regularizado. Este(a)s pescadore(a)s possuem outras documentações e permissões específicas que comprovam a atividade de pesca como, por exemplo, carteira de pesca amadora, carteira do IEF, carteira do IBAMA entre outras.

Assim, a FUNDAÇÃO esclarece que, com relação à afirmativa de que *"após a aposentadoria, os pescadores deixaram de fazer o relatório anual, levando a ter a carteira de pesca cancelada. Levando a Fundação a fazer o acordo como pescador não regulamentado, sendo que muitos não abandonaram sua atividade de pesca"*, nada tem a acrescentar, medida em que a mencionada política foi criada justamente para aquele(a) que comercializa o pescado apesar de não ter *"a carteira"* em dia.

Quanto à acusação de que *"a metodologia do pescador de fato não esta sendo realizado conforme a realidade da mesma. Estão chamando pescadores com documento do IEF, que se enquadram como pescadores de subsistência, e os mesmos não tem interesse de receber de forma fraudulenta somente o que lhes é direito, atrasando a sua finalização de reparação de danos"*, a FUNDAÇÃO esclarece que, para participação do projeto pescador de fato, o(a) Atingido(a) deve possuir cadastro integrado e ter impacto na atividade de pesca. Além disso, deve se considerar pescador(a) comercial artesanal, que é aquele(a) que vivia da atividade de pesca e comercialização, que sustentava sua família com a atividade da pesca e comercialização. O projeto não chama nenhuma pessoa para os atendimentos individuais. As pessoas que se voluntariam a ir até o escritório do projeto para serem atendidas e lá são informadas de todos os critérios para participação.

Por fim, os programas PIM e AFE esclarecem que não há previsão de cancelamento de pagamentos no mês de agosto. Com relação ao pedido de punição aos responsáveis pelas falsas divulgações, a FUNDAÇÃO solicita que os propagadores das mencionadas falsas divulgações sejam devidamente denunciados na Ouvidoria, para que assim consiga adotar as medidas devidas. Com relação ao item 5 da pauta que trata da Ouvidoria, a FUNDAÇÃO informa que a resposta já foi dada para o Atingido. Contudo, colaciona abaixo o retorno dado.

"Em resposta a estes apontamentos, a Fundação Renova esclarece que foi constituída em 30 de junho de 2016 sendo que a Ouvidoria iniciou suas atividades em fevereiro de 2017. Nesta oportunidade, as manifestações relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG registradas junto à Samarco desde novembro de 2015 migraram para a Fundação Renova.

*A Ouvidoria tem como objetivo principal disponibilizar às comunidades impactadas o acesso a **um mecanismo para denúncias e reclamações relativas aos processos de reparação e remediação da Fundação Renova**, podendo o manifestante entrar em contato com a Ouvidoria da Fundação Renova por e-mail (ouvidoria@fundacaorenova.org), website e telefone (0800 721 0717).*

No que concerne às reclamações e denúncias realizadas, cabe destacar que, quando registradas perante a Ouvidoria, estas recebem uma classificação que vão determinar o fluxo de sua tramitação. O registro, a classificação e a qualificação inicial das denúncias e reclamações são realizadas por uma equipe capacitada para executar a apuração inicial de acordo com critérios pré-estabelecidos. A classificação é a escolha da tipologia da denúncia ou reclamação de acordo com o conteúdo do relato.

Observa-se que a classificação em denúncia ou reclamação ocorre após a finalização do atendimento, não havendo qualquer evidência de que os atendimentos que tratam de reclamações sejam finalizados sem o devido tratamento, como questiona o relato supra. Na verdade, afirma-se que a orientação, a qualidade e o tempo procedimental de atendimento são os mesmos, independente da classificação da manifestação, sendo certo que o atendimento pode variar de acordo com o tempo demandado para expor os detalhes e pormenores do relato do manifestante, por exemplo. Não há também qualquer estimativa de tempo de atendimento médio para as manifestações.

Cumprе ressaltar inclusive, que as reclamações detêm cerca de 80% do volume recebido na Ouvidoria, contra cerca de 12% de denúncias relacionadas ao mais diversos temas.

Pois bem. Em relação às denúncias, importante escopo da Ouvidoria, elas podem ser identificadas ou anônimas e classificadas conforme as tipologias listadas abaixo:

- *Denúncias sobre irregularidades nos processos de indenização, concessão de auxílio financeiro ou atividades dos demais programas da Fundação Renova;*
- *Denúncias sobre práticas abusivas, discriminação, desvios de conduta e descumprimento de obrigações da Fundação Renova.*
- *Denúncias sobre riscos e/ou impactos negativos aos direitos humanos decorrentes das atividades desenvolvidas pela Fundação;*
- *Denúncias de suspeitas de fraudes, atos ilícitos ou má intenção por pessoas ou entidades com o objetivo de obter vantagens indevidas junto à Fundação Renova.*

É importante notar que as tipologias das denúncias podem ser revistas em decorrência de questões levantadas pelas comunidades, da necessidade de maior especificidade ou, por exemplo, para aprimorar a compreensão dos temas nos reportes periódicos.

*Ocorre que, por questões de segurança e confidencialidade, o processo e conclusão da apuração de denúncias e as eventuais medidas tomadas pela Fundação Renova são internos e sigilosos, portanto, **não são divulgados a qualquer colaborador ou membro da comunidade, sendo ele denunciante ou não.***

Eventual encaminhamento de relatos tem como objetivo levar ao conhecimento dos órgãos competentes o recebimento, pela Ouvidoria da Fundação Renova, de denúncias que indicam possível irregularidade, para que avaliem a adoção das medidas legais que entenderem cabíveis, tendo em vista a impossibilidade de agir e dar continuidade nas apurações dos casos para além da apuração interna realizada pela Fundação Renova. Sendo certo que o conteúdo e/ou andamento das apurações após o encaminhamento não são de conhecimento da Ouvidoria da Fundação Renova e apenas podem ser fornecidos pelos respectivos órgãos apuradores.

*Nesse contexto, a Fundação Renova reforça que sua Ouvidoria está sedimentada na premissa de que denúncias podem ser realizadas de forma **anônima sem necessidade de identificação do denunciante.***

A Ouvidoria deve assegurar a confidencialidade na apuração das manifestações e o sigilo das informações relacionadas à identidade dos manifestantes, considerando que o nome constitui informação pessoal e protegida e que a disponibilização dos dados pode trazer riscos de retaliação, segurança e preservação da integridade física dos manifestantes.

Ora, o direito dos cidadãos de denunciar irregularidades é um corolário natural da liberdade de expressão, sendo ao mesmo tempo um direito individual e um direito difuso, pois a sociedade em geral tem a expectativa de que informações de interesse público cheguem ao seu conhecimento. A denúncia constitui um importante instrumento de accountability, tanto horizontal, pois provocará a ação dos órgãos de investigação e controle; quanto vertical, provendo informação relevante para que o público possa avaliar a qualidade e a integridade das instituições e das autoridades em seu comando.

*No entanto, o ato de denunciar pode trazer riscos pessoais para o denunciante. Dessa forma, a viabilidade da denúncia exige uma **estrutura de proteção ao denunciante, que preserve a sua identidade e o imunize contra medidas de responsabilização destinadas a desqualificá-lo, intimidá-lo e puni-lo.***

Nesse sentido, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção prevê expressamente essa proteção em seu art. 33:

*Artigo 33
Proteção aos denunciantes*

Cada Estado Parte considerará a possibilidade de incorporar em seu ordenamento jurídico interno medidas apropriadas para proporcionar proteção contra todo trato injusto às pessoas que denunciem ante as autoridades competentes, de boa-fé e com motivos razoáveis, quaisquer feitos relacionados com os delitos qualificados de acordo com a presente Convenção².

Disposição de teor semelhante se encontra na Convenção da OEA contra a Corrupção:

Artigo III

Medidas preventivas

Para os fins estabelecidos no artigo II desta Convenção, os Estados Partes convêm em considerar a aplicabilidade de medidas, em seus próprios sistemas institucionais destinadas a criar, manter e fortalecer: [...] 8. Sistemas para proteger funcionários públicos e cidadãos particulares que denunciarem de boa-fé atos de corrupção, inclusive a proteção de sua identidade, sem prejuízo da Constituição do Estado e dos princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico interno³.

No Brasil, a Controladoria-Geral da União, por meio da Instrução Normativa Conjunta CRG-OGU nº 01/2014⁴, estabeleceu diretrizes para assegurar o sigilo da identidade do denunciante, bem como o recebimento de denúncias anônimas no âmbito da Administração Pública Federal.

Em observância ao princípio da proteção ao denunciante, o Código de Ética da Associação Brasileira de Ouvidores, que em seu item 5 estabelece como obrigação "Respeitar toda e qualquer pessoa, preservando sua dignidade e identidade"⁵.

No mesmo sentido, o respeito à intimidade e a restrição de acesso a informações pessoais, estão previstas no Art. 31 da Lei Nº 12.527 - Lei de Acesso à Informação:

"Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES. Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (2003). Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_corruption/Publicacoes/2007_UNCAC_Port.pdf. Acesso em: 10/07/2019.

³ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Interamericana contra a Corrupção (2006). Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/B-58.htm>. Acesso em: 10/07/2019.

⁴ BRASIL. CGU. INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 01 CRG/OGU, 24 DE JUNHO DE 2014. Estabelece normas de recebimento e tratamento de denúncias anônimas e estabelece diretrizes para a reserva de identidade do denunciante. Disponível em: <https://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in-crg-ogu-01-2014.pdf>. Acesso em: 10/07/2019.

⁵ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OUVIDORES. Código de Ética. 1997. Disponível em: <http://www.abonacional.org.br/codigo-de-etica>. Acesso em: 23.04.19.

*I - Terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e
II - Poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.
(...) ⁶"*

De forma analógica, aplica-se, ainda, a Instrução Normativa que regulamenta o tratamento de manifestações anônimas e solicitações de reserva de identidade no âmbito dos órgãos de controle do Poder Executivo federal⁷.

Com tudo isso, o compartilhamento de quaisquer informações, principalmente a identidade do denunciante, como pretende o e-mail ora respondido, além de carecer de motivação e justa causa, é impossível, seja pela infringência ao procedimento interno da Fundação Renova; ao princípio da proteção ao denunciante; às normas internacionais sobre a temática; seja por sua manifesta ilegalidade."

3. MANIFESTAÇÃO DE REVÉS DE BELÉM

Em suma, a referida manifestação trouxe os seguintes pleitos:

1. *"Reconhecimento de todos os agricultores, pecuaristas, ribeirinhos e pescadores do distrito que já fizeram cadastro e não há resposta, ou possuem problema de negociação. Exigimos o acesso imediato ao Auxílio Financeiro Emergencial bem como a indenização justa."*
2. *"Reivindicamos o pagamento de indenização para quem já acessou o AFE, e também o mesmo auxílio com retroativo para quem já acessou a indenização, conforme acordo firmado em novembro de 2018 com a força tarefa da Bacia do Rio Doce."*
3. *"Acesso ao PIM Água para todos os moradores da comunidade. Com o rompimento o distrito sofreu por dias se abastecimento de água."*
4. *"Anulação do critério LMEO para o processo de negociação. Esse critério é um desrespeito e o Ministério Público já afirmou que não é válido."*

⁶ BRASIL. Lei Nº 12.527 - Lei de Acesso à Informação. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 23.04.19.

⁷ BRASIL. CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Instrução Normativa Conjunta OGU/CRG nº. 01. 2014. Disponível em: <https://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in-crg-ogu-01-2014.pdf>. Acesso em: 23.04.19.

Inicialmente, a Fundação esclarece que o Programa de Indenização Mediada ("PIM") foi elaborado com o objetivo de indenizar pessoas e micro e pequenas empresas que tenham sofrido danos materiais ou morais, bem como perdas referentes às suas atividades econômicas, em consequência direta do rompimento da barragem de Fundão, de forma rápida, sem a burocracia e os custos de uma ação judicial. Para que o(a) Atingido(a) possa ser atendido(a) no PIM, é preciso ser antes cadastrado.

Todas as pessoas que se consideram atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão podem solicitar o cadastramento para relato de seus danos, que serão analisados e mensurados conforme metodologia certificada pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Perícias. O Cadastro Integrado tem como objetivo efetuar o levantamento de informações de forma individualizada, avaliando os danos das pessoas físicas e jurídicas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão independente de qual a sua profissão. O que importa não é o ofício exercido, mas sim o dano sofrido.

Assim, se o cadastro constata que alguém foi diretamente impactado pelo rompimento da barragem de Fundão, esse Atingido(a) é encaminhado ao PIM, onde deverá apresentar comprovações dos danos sofridos e de sua extensão. Essas comprovações devem ser capazes de atestar o quanto o(a) Atingido(a) costumava auferir de renda antes do rompimento da barragem, o que é necessário para ser possível calcular o lucro cessante sofrido.

A FUNDAÇÃO tem ciência de que muito(a)s do(a)s cadastrado(a)s não contam com as devidas comprovações dos danos sofridos e de sua extensão. Por essa razão, firme em seu propósito de tentar ir além em prol do(a) Atingido(a), a FUNDAÇÃO busca construir políticas indenizatórias, capazes de flexibilizar os documentos necessários para o recebimento de indenização, em especial com relação à demonstração do quanto auferiam antes do rompimento da barragem. Com isso, as políticas indenizatórias buscam estimar esse valor após construção coletiva com o(a)s Atingidos(as), com base em metodologia científica. Nesse contexto de políticas, a FUNDAÇÃO informa que a política de indenização voltada àqueles que pescavam para sua subsistência passa por um processo de reformulação, atendendo a pedidos do(a)s Atingidos(as).

Também se esclarece que o reconhecimento de que uma categoria possa ter sido impactada diretamente pelo rompimento da barragem de Fundão não gera direito automático de todos aqueles que se declarem pertencer a essa categoria. Isso porque o processo de indenização é individual e baseado nas informações e documentos apresentados por cada pessoa. Assim, não é possível falar em *"reconhecimento de todos os agricultores, pecuaristas, ribeirinhos e pescadores do distrito que já fizeram cadastro e não há resposta"*, vez que cadastro e ofício não são sinônimos de indenização. Cada caso é analisado individualmente, conforme comprovações apresentadas ao PIM ou enquadramento em políticas indenizatórias.

Como são realizadas análises individuais, é certo que não é possível cogitar um *"acesso imediato"* ao auxílio financeiro emergencial e à indenização, vez que cada caso demanda tempo e critério individualizado de avaliação. Nesse contexto, a FUNDAÇÃO informa que, conforme cronograma já apresentado à CTOS, estima atender todos o(a)s Atingido(a)s cadastrado(a)s na Campanha 3 até dezembro deste ano. A Campanha 3 contempla cerca de 9.000 cadastros, atendendo os seguintes critérios de priorização: i) vulnerabilidade pelo Índice de Desenvolvimento Familiar (priorização das famílias pelo IDF, em ordem crescente); ii) pescadores profissionais; iii) cadastros com laudos (ex.: danos em agropecuária, comércio e serviços, extrativismo mineral, dentre outros).

No que se refere ao pleito de reivindicação de *"pagamento de indenização para quem já acessou o AFE, e também o mesmo auxílio com retroativo para quem já acessou a indenização, conforme acordo firmado em novembro de 2018 com a força tarefa da Bacia do Rio Doce"*, a FUNDAÇÃO esclarece que não existe acordo que estipule que quem recebeu AFE deve imediatamente receber indenização ou vice-versa. Aliás, não há nem como se cogitar um acordo como esse, na medida em que, como explicado, AFE e indenização não são sinônimos: os programas têm requisitos distintos, envolvem análises diferentes e, por isso, nem sempre serão concedidos em conjunto, nos termos do TTAC.

Quanto à reivindicação do dano água, a FUNDAÇÃO informa que o PIM Dano Água foi construído para viabilizar o pagamento de indenização individual a todos aqueles que ficaram por mais de 24 horas ininterruptas sem distribuição de água em decorrência do rompimento da barragem, sendo o período máximo de até 7 dias de forma intermitente. A elegibilidade ao PIM

Dano Água foi verificada a partir da indicação dos próprios centros de distribuição de água de cada município, o que foi feito por comunidade/cidade/bairro.

Por fim, quanto ao pedido de “anulação do critério LMEO para o processo de negociação. Esse critério é um desrespeito e o Ministério Público já afirmou que não é válido”, a FUNDAÇÃO esclarece que a política de indenização voltada àqueles que pescavam para sua subsistência passa por um processo de reformulação, atendendo a pedidos do(a)s Atingidos(as). Sem prejuízo, solicita que seja enviada cópia do parecer em que o Ministério Público afirma que o referido critério “não é válido”, para devida análise e resposta.

4. MANIFESTAÇÃO DE CACHOEIRA ESCURA

Em suma, a referida manifestação trouxe o seguinte pleito:

“Os pescadores da primeira campanha que até hoje não receberam o auxílio financeiro e nem indenização relacionado a pesca por motivo do Cnis e do Limeo discordam desse critério pois o Cnis informa que a pessoa trabalhava e isso não impede a pessoa de pescar no rio pra completar a renda ou até mesmo pro consumo pois a distância da Cenibra onde a maior parte dos moradores trabalha até onde moram é de 1Km então depois do trabalho muitos tinham costume de irem pescar no rio e também como lazer nos finais de semana.”

Inicialmente, a Fundação esclarece que o Programa de Indenização Mediada (“PIM”) foi elaborado com o objetivo de indenizar pessoas e micro e pequenas empresas que tenham sofrido danos materiais ou morais, bem como perdas referentes às suas atividades econômicas, em consequência direta do rompimento da barragem de Fundão, de forma rápida, sem a burocracia e os custos de uma ação judicial. Para que o(a) Atingido(a) possa ser atendido(a) no PIM, é preciso ser antes cadastrado.

Todas as pessoas que se consideram atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão podem solicitar o cadastramento para relato de seus danos, que serão analisados e mensurados conforme metodologia certificada pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Perícias. O Cadastro Integrado tem como objetivo efetuar o levantamento de informações de forma individualizada,

avaliando os danos das pessoas físicas e jurídicas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão independente de qual a sua profissão. O que importa não é o ofício exercido, mas sim o dano sofrido.

Assim, se o cadastro constata que alguém foi diretamente impactado pelo rompimento da barragem de Fundão, esse Atingido(a) é encaminhado ao PIM, onde deverá apresentar comprovações dos danos sofridos e de sua extensão. Essas comprovações devem ser capazes de atestar o quanto o(a) Atingido(a) costumava auferir de renda antes do rompimento da barragem, o que é necessário para ser possível calcular o lucro cessante sofrido.

A FUNDAÇÃO tem ciência de que muito(a)s do(a)s cadastrado(a)s não contam com as devidas comprovações dos danos sofridos e de sua extensão. Por essa razão, firme em seu propósito de tentar ir além em prol do(a) Atingido(a), a FUNDAÇÃO busca construir políticas indenizatórias, capazes de flexibilizar os documentos necessários para o recebimento de indenização, em especial com relação à demonstração do quanto auferiam antes do rompimento da barragem. Com isso, as políticas indenizatórias buscam estimar esse valor após construção coletiva com o(a)s Atingidos(as), com base em metodologia científica.

Também se esclarece que o reconhecimento de que uma categoria possa ter sido impactada diretamente pelo rompimento da barragem de Fundão não gera direito automático de todos aqueles que se declarem pertencer a essa categoria. Isso porque o processo de indenização é individual e baseado nas informações e documentos apresentados por cada pessoa. Isto esclarecido, a FUNDAÇÃO informa que a política de indenização voltada àqueles que pescavam para sua subsistência passa por um processo de reformulação, atendendo a pedidos do(a)s Atingidos(as).

5. COMUNICADO DA ROSA FORTINI SOBRE A NOTA TÉCNICA DA ANVISA

A FUNDAÇÃO compreende que todas as dúvidas referentes à Nota Técnica devem ser direcionadas a ANVISA.

6. MANIFESTAÇÃO DE NAQUE

A referida manifestação trouxe pleitos coletivos e individuais, os quais serão respondidos no Ofício SEQ 21253/2019/GJU. Em suma, os pleitos coletivos foram:

- (i) *"Pontuamos que um grupo de mais de 30 atingidos que não foram encontrados anteriormente pela equipe responsável pelo Cadastro Integrado, pertencentes a 1ª e 2ª campanhas do Cadastro foram ré enquadradas para a 3ª campanha e mesmo assim não tiveram seus processos finalizados devido critérios como: LMEO, renda e utilização do CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, utilizados pela Fundação Renova."*
- (ii) *"Segundo fala de representantes da Fundação Renova o critério da LMEO – Linha Média de Enchentes Ordinárias, não mais existe, porém em Naque mais de 200 famílias não tiveram suas indenizações pagas pela pesca de subsistência, por não terem atendidos aos critérios impostos pela Fundação Renova."*
- (iii) *"Ressaltamos aqui que 14 atingidos em Naque, chegaram a assinar ata de ingresso para receberem a indenização pela pesca de subsistência e tiveram seus processos paralisados até o presente momento, sob alegação de residirem fora da LMEO e por não terem chegado a assinar em 2018 o termo de compromisso da Fundação Renova para pagar as indenizações."*
- (iv) *"Existe também na cidade um grupo de 38 atingidos que possuem carteira na categoria de pesca amadora, emitida pelo IEF-MG – Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais."*
- (v) *"A categoria de agricultores de Naque, público de 35 atingidos, aguarda o pagamento de indenização, seus processos se encontram com status paralisado. Dentre esse público há agricultores que além de não receberem indenização, também não tiveram o cartão de Auxílio Financeiro Emergencial entregue até o presente momento."*
- (vi) *"Outra demanda em aberto é referente ao público de 32 atingidos considerados agentes públicos, os quais esperam a liberação de seus pagamentos de Auxílio Financeiro Emergencial retroativo."*
- (vii) *"Ressaltamos que os pagamentos efetuados ao grupo de 100 núcleos familiares de atingidos que residem fora do critério da LMEO, causa transtornos e desconforto entre os moradores de Naque, pois não foram observados e respeitados os critérios de isonomia, equivalência e igualdade para todos os atingidos."*

- (viii) *"Quanto ao dano água informamos que faltam serem realizados 08 pagamentos de indenização por desabastecimento, caso que já se prolonga por mais de um ano e sem retorno."*

Inicialmente, a Fundação esclarece que o Programa de Indenização Mediada ("PIM") foi elaborado com o objetivo de indenizar pessoas e micro e pequenas empresas que tenham sofrido danos materiais ou morais, bem como perdas referentes às suas atividades econômicas, em consequência direta do rompimento da barragem de Fundão, de forma rápida, sem a burocracia e os custos de uma ação judicial. Para que o(a) Atingido(a) possa ser atendido(a) no PIM, é preciso ser antes cadastrado.

Todas as pessoas que se consideram atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão podem solicitar o cadastramento para relato de seus danos, que serão analisados e mensurados conforme metodologia certificada pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Perícias. O Cadastro Integrado tem como objetivo efetuar o levantamento de informações de forma individualizada, avaliando os danos das pessoas físicas e jurídicas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão independente de qual a sua profissão. O que importa não é o ofício exercido, mas sim o dano sofrido.

Assim, se o cadastro constata que alguém foi diretamente impactado pelo rompimento da barragem de Fundão, esse Atingido(a) é encaminhado ao PIM, onde deverá apresentar comprovações dos danos sofridos e de sua extensão. Essas comprovações devem ser capazes de atestar o quanto o(a) Atingido(a) costumava auferir de renda antes do rompimento da barragem, o que é necessário para ser possível calcular o lucro cessante sofrido.

A FUNDAÇÃO tem ciência de que muito(a)s do(a)s cadastrado(a)s não contam com as devidas comprovações dos danos sofridos e de sua extensão. Por essa razão, firme em seu propósito de tentar ir além em prol do(a) Atingido(a), a FUNDAÇÃO busca construir políticas indenizatórias, capazes de flexibilizar os documentos necessários para o recebimento de indenização, em especial com relação à demonstração do quanto auferiam antes do rompimento da barragem. Com isso, as políticas indenizatórias buscam estimar esse valor após construção coletiva com o(a)s Atingidos(as), com base em metodologia científica.

Isto esclarecido, a Fundação informa que a política de indenização voltada àqueles que pescavam para sua subsistência passa por um processo de reformulação, atendendo a pedidos do(a)s Atingidos(as).

Sobre o relato de que *"existe também na cidade um grupo de 38 atingidos que possuem carteira na categoria de pesca amadora"*, a FUNDAÇÃO informa que a pesca amadora, que consiste em atividade para desporto e lazer, não será indenizada pelo PIM. No entanto, a FUNDAÇÃO assegura que, caso seja aprovada a expansão do projeto piloto para os demais territórios, aquele(a)s que possuem a carteira de pesca amadora poderão se candidatar ao projeto, sem qualquer tipo de prejuízo.

Com relação à informação de que *"um grupo de mais de 30 atingidos que não foram encontrados anteriormente pela equipe responsável pelo Cadastro Integrado, pertencentes a 1ª e 2ª campanhas do Cadastro foram ré enquadradas para a 3ª campanha"*, a FUNDAÇÃO esclarece que esse procedimento é normal e não é exclusivo desses Atingidos de Naque. Todo(a)s o(a)s Atingido(a)s das Campanhas 1 e 2, com atendimento pendente, foram considerados como dentro da Campanha 3 para fins de cronograma e planejamento.

Nesse contexto, a FUNDAÇÃO informa que, conforme cronograma já apresentado à CTOS, estima atender todos o(a)s Atingido(a)s cadastrado(a)s na Campanha 3 até dezembro deste ano. A Campanha 3 contempla cerca de 9.000 cadastros, atendendo os seguintes critérios de priorização: i) vulnerabilidade pelo Índice de Desenvolvimento Familiar (priorização das famílias pelo IDF, em ordem crescente); ii) pescadores profissionais; iii) cadastros com laudos (ex.: danos em agropecuária, comércio e serviços, extrativismo mineral, dentre outros).

Por fim, com relação à *"outra demanda em aberto é referente ao público de 32 atingidos considerados agentes públicos, os quais esperam a liberação de seus pagamentos de Auxílio Financeiro Emergencial retroativo"*, a FUNDAÇÃO informa que o prazo acordado para pagamento é o mês de agosto/2019.

Com relação ao dano água, a FUNDAÇÃO solicita informações mais detalhadas sobre estes pagamentos não realizados para que possa se manifestar adequadamente. Por fim, quanto ao

LMEO, a FUNDAÇÃO esclarece que a política de indenização voltada àqueles que pescavam para sua subsistência passa por um processo de reformulação, atendendo a pedidos do(a)s Atingidos(as).

* * *

Sendo o que cumpria para o momento, atendendo aos requerimentos dessa C. Câmara, a FUNDAÇÃO RENOVA, renovando seus protestos de estima e consideração, subscreve a presente.

Atenciosamente,



FUNDAÇÃO RENOVA

LUIZ CLAUDIO ZUMPARO

GERENTE DOS PROGRAMAS DE INDENIZAÇÃO MEDIADA E DE AUXÍLIO FINANCEIRO EMERGENCIAL